



Sindicato dos Trabalhadores da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos

A TODOS OS TRABALHADORES

COMUNICADO Nº 6/78 em 16/2/78

PONTO I

Como já tínhamos informado, e a Rádio divulgou por várias vezes, foi este Secretariado recebido pelo Ministro da Reforma Administrativa, no dia 14 do corrente mês, para um primeiro contacto sobre assuntos que interessam aos trabalhadores dos Impostos e que dependem total ou parcialmente daquele órgão governativo. Eis, em resumo, o resultado dessa entrevista.

PONTO II

Sobre a reestruturação de carreiras, entregue já dia 4 de Janeiro na Direcção-Geral da Função Pública, foram fornecidas por este Secretariado informações sobre o assunto, e a vez que, pela sua posse recente, ainda o Ministro se encontra desfazado de muitos assuntos. Em seguida, foi prometido pelo Ministro, e feitas por ele imediatas diligências neste sentido, de que tudo estaria pronto no seu Ministério dentro de 15 a 20 dias, comunicando nessa altura a este Sindicato qualquer divergência que houvesse.

PONTO III

Quanto à questão das remunerações acessórias, mormente os problemas levantados pelo Decreto-Lei nº. 923/76, já a receptividade ministerial foi menor quanto a este assunto, não ficando o assunto no entanto resolvido, tal como o do aumento geral do funcionalismo, por o Ministro necessitar de um pouco mais de estudo, tendo pedido ao Sindicato que lhe enviasse um memorando donde constasse a situação actual do problema, prometendo novos contactos em breve, quando tivesse estudado devidamente o assunto com todas as suas implicações.

PONTO IV

Como os colegas se podem aperceber as notícias são boas no que respeita ao problema da reestruturação de carreiras e menos boas, embora não desanimadoras, no que toca aos restantes problemas. Convictos estamos de que, em relação à reestruturação, o prazo marcado pelo Ministro será respeitado e que, portanto, o processo avançará. Poderão, no entanto, surgir divergências ao ser feita a apreciação do projecto, divergências que a aparecerem nos poderão obrigar a posições de força. Nesse problema como nos outros, A NOS-SA ATITUDE TERÁ DE SER FIRME E DETERMINADA. Não pedimos mais do que é justo e correcto. Mas na defesa desse mínimo TEREMOS DE SER INTRANSIGENTES. O Secretariado sê-lo-á. Aguardamos também que o sejam todos os trabalhadores. Temos que nos capacitar que exercemos uma função de interesse vital para o Estado. Da importância dessa função E DA UNIDADE QUE HOVER ENTRE NÓS, derivará o nosso poder, a nossa capacidade para vencermos as questões que nos afectam. Está a chegar ao fim o tempo da contemporização e do estudo. A hora da acção aproxima-se. Temos sido disciplinados e zelosos cumpridores do nosso dever. Chega a vez de os outros cumprirem o seu dever para conosco. Confiamos em que assim seja, que isso se verifique sem choques nem perturbações. Confiamos e desejamos. MAS ESTAREMOS PRONTOS A DEFENDER OS NOSSOS DIREITOS SE O CONTRÁRIO NOS SURTIR.

Na nossa actividade profissional temos sido actuautes na defesa dos interesses do Estado e da colectividade em geral. Há uma dívida para connosco. Cobremo-la. Não por mais do que ela vale. Só pelo seu justo valor. Mas sejamos tão actuautes, tão firmes, tão corajosos, tão determinados nesta defesa, que é nossa, que é a dos nossos familiares, como temos sido a defender o interesse público.

COLEGA: a tua opinião é o nosso rumo. A tua força é a nossa. AVANCEMOS, TODOS JUNTOS PARA QUE JUSTIÇA NOS SEJA FEITA. E venceremos. Venceremos sem margem para dúvidas. Como vence todo aquele que é resoluto e corajoso, que acredita em si próprio. NÓS VENCEREMOS.

O S E C R E T A R I A D O

